

Programa Ler e Escrever: a avaliação dos professores da rede estadual de São Carlos-SP sobre suas implicações para a prática docente

LETÍCIA LAÍS DA SILVA^I

GÉSSICA PRISCILA RAMOS^{II}

<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v16i50.4218>

Resumo

Este artigo visou compreender a avaliação docente sobre o Programa Ler e Escrever e suas implicações para seu trabalho, propondo o problema: qual é a avaliação do docente sobre o Programa "Ler e Escrever" em seu trabalho? Utilizou-se os preceitos elaborados por Kuenzer (1998), elaborando categorias de análise de conteúdo; nesse contexto, houve a devolutiva de vinte e quatro professores participantes. Os docentes reconhecem os materiais do Programa Ler e Escrever como uma ferramenta relevante para atuar nas escolas estaduais; não obstante, entendem que eles propõem atividades ineficientes para a alfabetização e apresentam sequências descontextualizadas com as suas realidades. Os professores interpretaram que cada realidade possui diversas necessidades que vão além do modelo de trabalho pedagógico prescrito no programa.

Palavras-chave: Programa Ler e Escrever; Currículo paulista; Trabalho docente; Política educacional paulista.

Submetido em: 20/02/2023

Aprovado em: 11/03/2024

^I Prefeitura Municipal de Ibaté, Ibaté (SP), Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-8734-963X>; e-mail: leticialays10@gmail.com.

^{II} Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos (SP), Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-1254-4510>; e-mail: gessicaramos@yahoo.com.br.

Read and Write Program: the evaluation of teachers from the São Carlos-SP state network on its implications for teaching practice

Abstract

This article aimed to understand the teacher's evaluation of the "Read and Write" Program and their teachers for their work, posing the problem: what is the teacher's assessment of the "Read and Write" Program in their work? The precepts elaborated by Kuenzer (1998) were used, creating content analysis categories; in this context, there was feedback from twenty-four participating teachers. Teachers recognize the materials of the "Read and Write" Program as a relevant tool to work in state schools; nevertheless, inefficient activities for literacy are proposed, presenting sequences out of context with their realities. The teachers interpret that each reality has different needs that go beyond the pedagogical work model prescribed in the program.

Keywords: Read and Write program; São Paulo curriculum; Teaching work; São Paulo educational policy.

Programa Leer y Escribir: la evaluación de los docentes de la red estatal de São Carlos-SP sobre sus implicaciones para la práctica docente

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo comprender la evaluación de los profesores sobre el Programa de Lectura y Escritura y sus implicaciones para su trabajo, planteando el problema: ¿cuál es la evaluación de los profesores sobre el Programa Leer y Escribir en su trabajo? Se utilizaron los preceptos elaborados por Kuenzer (1998), creando categorías de análisis de contenido; en este contexto, hubo retroalimentación de veinticuatro docentes participantes. Los docentes reconocen los materiales del Programa Leer y Escribir como una herramienta relevante para trabajar en las escuelas públicas; sin embargo, se proponen actividades ineficientes para la alfabetización, presentando secuencias descontextualizadas con sus realidades. Los docentes interpretaron que cada realidad tiene necesidades diferentes que van más allá del modelo de trabajo pedagógico prescrito en el programa.

Palabras clave: Programa de Leer y Escribir; Currículum paulista; Trabajo docente; Política educativa de São Paulo.

Introdução

Este artigo tem como foco o Programa Ler e Escrever. Tal programa foi implementado em São Paulo desde 2007, por meio da Resolução n. 86, de 19 de dezembro de 2007 (São Paulo, 2007c). No entanto, teve início na rede municipal de ensino de São Paulo em 2006 e, posteriormente, foi ampliado para a rede estadual, sendo obrigatório para ela (São Paulo, 2007c; 2007b; 2008).

Conforme a Secretaria da Educação de São Paulo, ele foi criado para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem das competências de leitura e escrita pelos estudantes do ensino fundamental I (São Paulo, 2007c). Isso porque, de acordo com o discurso de Maria Helena Guimarães de Castro (2008) - Secretária da Educação do Estado, na época da importação do Ler e Escrever das escolas municipais para as escolas estaduais -, o problema central da educação estaria na má qualidade de formação e na atuação de professores nas escolas públicas brasileiras, o que justificaria a implantação do Programa Ler e Escrever, focado no atendimento dessa demanda.

Dessa maneira, para sua implantação, foram desenvolvidas ações em toda a rede de ensino estadual, como: a) formação da equipe educacional - do professor atuante no cotidiano do ensino da leitura e escrita, da equipe gestora pertencente às escolas (diretor e coordenador), dos supervisores de ensino, dos Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógicos/PCNP; b) implementação do Programa Bolsa Alfabetização - que definiu a presença de um universitário de Licenciatura em Pedagogia e Letras nas salas dos anos iniciais do ensino fundamental, com vistas a auxiliar o professor regente com as atividades do Programa Ler e Escrever (São Paulo, 2007a), com o usufruto de bolsas; c) distribuição das Coletâneas de Atividades para os estudantes (São Paulo, 2015) - voltadas para alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, sendo compostas por atividades e sequências didáticas a serem trabalhadas pelos professores em sala de aula durante o ano letivo; d) distribuição dos "Guias do planejamento e orientações didáticas" para os professores (São Paulo, 2010) - interessadas em servir de norte para o trabalho do professor, com a função de orientá-lo em suas práticas educativas, auxiliando-o no desenvolvimento do programa e colaborando com sua formação (São Paulo, 2007b).

Todas essas ações contribuíram para que, na prática, os profissionais da educação, notadamente os docentes, tomassem como referência a política oficial curricular do Estado posta pelo programa e desenvolvessem seus trabalhos

embasados nas orientações e determinações da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Mas qual é a avaliação do docente sobre o Programa “Ler e escrever” em seu trabalho? Com base nessa questão, este artigo estabeleceu como seu objetivo compreender a avaliação do professor sobre o Programa Ler e Escrever e suas implicações para seu trabalho.

O universo pesquisado

O município de São Carlos está situado no interior do estado de São Paulo, na região Centro-Leste. Sua rede estadual de ensino possui o maior número de matrículas no ensino fundamental, totalizando cerca de 70% do total. Essa rede possui um número maior de matrículas no ensino fundamental - tanto no total dos matriculados, como nos anos iniciais. Além disso, embora a Secretaria da Educação Municipal tenha estabelecido um regime colaborativo com o estado para organização da sua rede de ensino, por meio da lei 15.473, no ano de 2010 (São Carlos, 2010), promovendo o convênio com a proposta curricular estadual para os anos iniciais – por meio do Programa Ler e Escrever -, a rede municipal possui menor número de matrículas inscritas e unidades escolares de ensino fundamental I, sendo o programa mais abrangente no que diz respeito ao seu público nas unidades escolares da rede estadual de ensino. Ainda, é importante frisar que o foco dessa pesquisa foi analisar a rede estadual de ensino no município de São Carlos.

Cabe ressaltar que os dados obtidos e o caminho trilhado neste estudo foram obtidos como resultado da pesquisa de mestrado desenvolvida pela primeira autora.

Para realização do estudo no município, foi enviado um questionário *online* para os gestores de cinco escolas da localidade, por meio da ferramenta “*Microsoft office forms*”. Dessa maneira, os questionários foram enviados para cinco diretores de escolas estaduais da cidade que atuavam no ensino fundamental I, para que as mesmas encaminhassem para as suas equipes de docentes. Ao todo, vinte e quatro professores fizeram a devolutiva do material respondido.

Por envolver pesquisa com pessoas, o projeto da pesquisa que deu origem à discussão apresentada neste artigo foi submetido anteriormente ao Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil^{III}. Após o contato realizado com os diretores das escolas, eles encaminharam o questionário qualitativo *online* aos docentes dos anos

^{III} Após a aprovação, gerou-se, pela Plataforma Brasil, o Certificado de Apresentação e Apreciação Ética (CAAE) sob o número 14607119.2.0000.5504 e o número do parecer deste documento: 3.397.972.

iniciais de suas escolas. Destaca-se que o envio do questionário foi feito por meio eletrônico, tendo em vista que a pesquisa foi processada durante a pandemia da COVID-19.

O questionário foi formulado com questões abertas e fechadas com alternativas, sendo 13 questões ao todo. As questões foram elaboradas com base em categorias de análise. De acordo com Kuenzer (1998), toda pesquisa deve ter um procedimento metodológico que seja rigoroso e científico, "capaz de articular os momentos de reflexão teórica e de inserção empírica", legando materialidade ao pensamento e avançando nas aparências fenomenológicas, bem como na compreensão histórica da realidade (Kuenzer, 1998, p. 62). Assim, segundo a autora (Kuenzer, 1998, p. 62), as categorias de análises são fundamentais e "servem de critério de seleção e organização teórica dos fatos investigados, a partir da finalidade da pesquisa", garantindo a cientificidade da pesquisa e o princípio da sistematização. Por isso, considerando-se o objeto de estudo apresentado neste artigo, foram definidas as seguintes categorias: compreensão dos professores sobre o material; cotidiano do trabalho docente e frequência/uso dos materiais do programa; dificuldades/limitações frente ao material e impacto no trabalho docente; contribuições do uso dos materiais para o docente; formação docente.

Após o envio do questionário aos docentes, obteve-se vinte e quatro devolutivas, o que representa cerca de 15,3% de todo o quadro de funcionários do ensino fundamental I da rede de ensino estadual de São Carlos, sendo esses professores do 1º ao 5º ano. A maior parte dos participantes lecionava nessa rede estadual há mais de dez anos (treze participantes lecionavam a mais de dez anos; cinco lecionavam entre cinco e dez anos; quatro lecionavam entre dois e cinco anos; e duas lecionavam a menos de um ano na rede estadual de São Carlos), de modo que trabalhavam com o Programa Ler e Escrever desde o início de sua implementação no interior de São Paulo, com a Resolução 96 de dezembro de 2008 (São Paulo, 2008).

Os resultados observados

A partir da análise dos dados obtidos nos questionários, evidenciou-se que uma significativa parte dos participantes apontam o material como relevante para a sua prática diária em sala de aula. Treze professores compreendiam que o material era um bom instrumento para o ensino e a aprendizagem dos alunos, julgando que

não apresentava necessidade de complementação ou modificação. Por outro lado, onze docentes ressaltaram a relevância do material do programa, mas realizaram críticas a eles e indicaram a necessidade de adequações.

É relevante observar que a compreensão dos treze docentes que avaliam positivamente o programa se focalizava na contribuição prática trazida pelos materiais às escolas e salas de aula da rede estadual. As falas dos professores ressaltavam que os materiais possuíam atividades práticas e sequências didáticas interessantes para a sala escolar. Entretanto, observa-se que eles não mencionaram a relevância desses materiais para melhorar a qualidade da educação ou a qualidade do ensino de leitura e escrita, proposta pela política curricular nesse estudo.

Os outros onze participantes, que apresentavam críticas ao programa, interpretavam que seus materiais não eram suficientes para a prática docente, sendo necessária sua complementação para consideração da realidade vivente em cada contexto, dos aspectos cotidianos e da realidade da sala de aula e dos alunos, das características individuais e subjetivas dos estudantes.

Nada obstante, observou-se que os professores da rede estadual de ensino de São Carlos usavam os materiais do “Ler e Escrever” com frequência. Quinze participantes – notadamente os de menos tempo de docência na rede estadual - indicaram que se utilizavam dos materiais com os alunos mais de três vezes na semana. Mais da metade do grupo indicou que usava o material, mas alterava algumas estratégias e o andamento das sequências e projetos constantes dos mesmos.

Nota-se também pelos resultados, que esses materiais eram usados por vários docentes para o planejamento de suas aulas. A maior parte respondeu que planejava e organizava as suas aulas, tendo como base os chamados Guias de Planejamento. Por outro lado, indicavam buscar outros materiais complementares e estratégias de ensino que considerassem mais adequados para suas realidades.

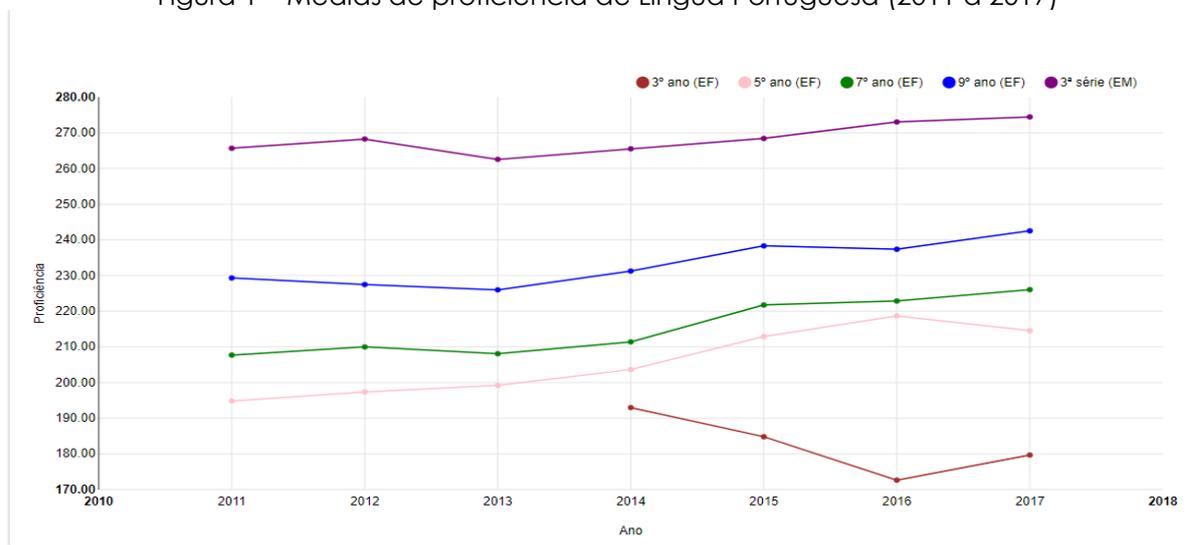
No caso do processo de avaliação, mais da metade dos docentes ressaltava que os materiais do programa contribuía com esse processo. A despeito desse resultado, é interessante se destacar que uma pequena parcela indicou a necessidade de complementação dos mesmos com algumas estratégias e ações para melhor avaliar os seus alunos, principalmente, por conta da cobrança de resultados proveniente das avaliações externas (Avaliação Diagnóstica de

Entrada/ADE, Avaliações da Aprendizagem em Processo/AAP, Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo/SARESP).

Apesar de muitos professores utilizarem os materiais nas aulas para planejamento e para avaliação, os resultados revelam que a maior parte dos participantes considerou que estes eram insuficientes para ensinar a leitura e a escrita aos alunos, evidenciando a insatisfação dos professores nesse aspecto central para o programa, considerando-se que foi criado para melhorar o processo de alfabetização nas escolas do estado.

Isso leva a refletir sobre quais contribuições efetivas os materiais do Programa Ler e Escrever têm trazido para a educação. Embora este artigo não preze por mensurar a qualidade ofertada na educação pública por meio de índices desconectados com a realidade e o contexto escolar, considera que estes dados, ao menos, refletem o que a própria Secretaria da Educação tem apresentado como resultados da rede paulista. Dessa maneira, apresenta-se a seguir as médias de proficiência em língua portuguesa e sua evolução histórica, de 2011 a 2017, por meio da figura abaixo retirada do site oficial do Governo de São Paulo:

Figura 1 – Médias de proficiência de Língua Portuguesa (2011 a 2017)



Fonte: São Paulo ([2019]).

Por meio da referida Figura, fica evidente que, em termos mensuráveis – ou seja, em termos quantitativos –, segundo os próprios dados produzidos pela Secretaria, os materiais não apresentaram grandes impactos nos resultados entre os anos de 2011 até 2017. Quando se olha para o 3º ano do ensino fundamental, fase de alfabetização e grande investimento na leitura e escrita, percebe-se que não houve

avanços nos índices de proficiência, mas que, pelo contrário, apresentou-se uma queda de 2014 a 2017.

Meyer (2016) explica que os materiais do Ler e Escrever apresentam "conteúdos empobrecidos" para o ensino da língua materna, em especial, os relacionados aos estudos de gêneros textuais, trazendo propostas pobres que exploravam poucos aspectos do ensino da leitura e escrita por meio de gêneros textuais. Outras pesquisadoras, como Jurazeky e Santos (2013), afirmam que não há uma sequência lógica na forma que são expostos os conteúdos do Programa Ler e Escrever, em especial a apreciação literária dos gêneros propostos, resultando na confusão por parte dos professores sobre suas orientações didáticas, o que é agravado pelo fato de que o conhecimento teórico sobre esses textos literários não é proporcionado a eles pelo Ler e Escrever.

Não por acaso, segundo Facco (2013), o que se tem percebido é que há uma satisfação por parte dos professores com os aspectos práticos para sala de aula propostos no programa. Entretanto, conforme avalia a autora, apesar dessa contribuição, os materiais do "Ler e Escrever" pouco amplia a concepção teórica necessária para o trabalho docente. Por isso, para ela, essa melhoria em atividades práticas se dá sob o custo de os professores se tornarem mero executores dos "saberes alheios" (Facco, 2013, p. 134).

Corroborando com a informação sobre a falha formação docente no programa, os dados coletados na presente pesquisa indicaram que até mesmo as formações ofertadas aos docentes não foram consideradas eficientes pelos professores para o avanço de seus trabalhos com essa ferramenta, apesar de ela ser obrigatória. Segundo indicaram, as formações oferecidas eram padronizadas e, usualmente, ofertadas pela Secretaria da Educação sem adaptações às realidades locais.

Assim, não obstante às falhas observadas no conteúdo e na formação oferecida pelo programa, o que se constata é que este, ao focar o trabalho de alfabetização, o "Ler e Escrever" acaba por atribuir aos docentes a responsabilidade de melhorar a qualidade do ensino de leitura e escrita com o seu suporte, sem, contudo, lhes oportunizar reais condições para o atendimento desse objetivo. Como efeito desse discurso - que centra a responsabilidade de melhores desempenhos dos alunos sobre o trabalho docente, sem levar em conta o contexto vasto de desigualdade existente em nosso país -, observa-se a generalização da "perda de

confiança dos docentes como profissionais" e a depreciação da carreira docente (Oliveira, 2018, p. 57).

Enquanto isso, em termos efetivos, a ação do governo paulista se limita à estipulação de um currículo oficial "sem a participação dos docentes", agindo no sentido de atuar no modelo educacional da escola pública, pela ação nos "conteúdos escolares" e "na forma de ensinar", com "exigências de novos procedimentos pedagógicos", atentando contra a autonomia do trabalho docente (Fernandes; Barbosa; Venco, 2019, p. 23). Dessa forma, como explica Constancio (2012), os materiais do programa impõem-se ao cotidiano docente, reduzindo o seu trabalho ao planejamento de uma rotina preestabelecida, sob um processo simplificado que não revela a necessidade de detalhamento e reflexão da prática pelo professor.

Algumas considerações

Este artigo buscou trazer contribuições para compreensão da avaliação dos professores da rede estadual de ensino de São Carlos/SP sobre o Programa Ler e Escrever, tentando, a partir disso, suscitar reflexões sobre o mesmo.

Conforme se observou, os professores reconhecem os materiais do Programa Ler e Escrever como uma ferramenta interessante para atuar nas escolas estaduais, na medida em que se revela como um instrumento que dá um suporte e contém boas contribuições com atividades e sugestões práticas para a sala de aula. No entanto, segundo os participantes, os materiais propõem atividades que não são eficazes para alfabetização, na medida em que faltam atividades e estratégias mais adequadas e contextualizadas para suas realidades. Além disso, as formações ofertadas aos professores são consideradas ineficazes e incapazes de sanar as necessidades formativas atribuídas à docência, sendo ineficientes para auxiliar os professores com as reais dificuldades apresentadas nas salas de aula.

Não por acaso, um ponto interessante suscitado por esta pesquisa diz respeito aos resultados quantitativos obtidos no ensino de leitura e escrita pelas escolas paulistas após a implementação do programa. Ao se analisar os parâmetros quantitativos de proficiência de leitura e escrita, propostos pela própria Secretaria da Educação de São Paulo, por meio de avaliações externas, observou-se que o estado não obteve "bons" índices nas avaliações do SARESP, mesmo após mais de 13 anos da importação do Ler e Escrever para a rede estadual de ensino. Dessa forma, ainda

que tais resultados não explicitem a real qualidade do ensino de leitura e escrita das escolas paulistas - posto que esta não se mensura -, julga-se que o Programa Ler e Escrever, pela própria ótica dos dados oficiais, não tem contribuído para a melhora na alfabetização e ensino de leitura e escrita de qualidade.

Assim, um ponto a ser analisado a partir de tais apontamentos é o conflito apresentado entre os resultados no SARESP e os próprios objetivos do Programa Ler e Escrever. Sabe-se que um dos objetivos propostos pelo Programa Ler e Escrever inicialmente era o de ser um facilitador para a concretização do ensino de leitura e escrita nas escolas, ou mais precisamente, ele objetivava "apoiar" os professores na complexa ação de alfabetizar no ensino fundamental I (São Paulo, 2007a). Além disso, o Ler e Escrever também propõe retomar a importância de priorizar estratégias que sejam voltadas "às situações nas quais as crianças possam escolher o que vão ler" e também nas quais possam "desenvolver a habilidade de conversar e expressar opiniões e sentimentos sobre os textos lidos e ouvidos" (São Paulo, 2021, p. 1). Todavia, a avaliação dos docentes participantes revelou a inconsistência na realização do mesmo. De um modo geral, os professores interpretaram que cada realidade existente possui diferentes significados e necessidades que vão além do conteúdo, das atividades e do modelo de trabalho pedagógico prescrito no programa.

Com isso, esta pesquisa questiona: até que ponto materiais instrutivos, como os do Programa Ler e Escrever, atribuem e dão sentido ao trabalho docente?

Ao que tudo indica, materiais sob esse formato contribuem para a constituição de uma docência dependente, que não se percebe capaz de criar a partir de sua própria realidade, e, portanto, não consegue contribuir com a profissionalização do docente. Tenta construir, destarte, os caminhos para uma carreira solitária e vazia, de um professor que espera as instruções que veem atribuídas pela Secretaria da Educação para atuar, de forma passiva e flexível. Todavia, os dados deste estudo revelam que os docentes tentam resistir a tais prescrições, buscando materiais complementares, usando outras estratégias, etc.

Isso leva a refletir sobre a importância da resistência docente nesse processo. Licínio Lima (1991) aponta que, no contexto educacional, os sujeitos tendem a cometer o que ele chama de "infidelidade normativa" frente às regras e legislações prescritas de forma vertical, isto é, às determinações nas quais esses não se encontram pertencidos, nem à sua realidade. Essa infidelidade seria uma interpretação das regras formais e produção das próprias regras pelos sujeitos no

contexto escolar, atuando como uma maneira de correção das regras formais, de suas deficiências e dos erros detectados frente às particularidades de sua realidade (Lima, 1991). O autor aponta ainda que os professores não são infiéis as regras formais, mas são fiéis aos seus próprios preceitos, objetivos, estratégias e interesses, ao se proporem seguir aquilo apresenta sentido dentro do seu contexto escolar, como uma forma de “fuga deliberada do normativismo” (Lima, 1991, p. 146).

Isso fortalece a convicção sobre a importância da formação de um professor criador – e não executor –, em uma carreira em que lhe seja garantida a possibilidade de autonomia e o fortalecimento de suas condições de trabalho. Para estes criadores não serve instruções e prescrições; é necessário tempo e espaço de reflexão, de estudo, de compartilhamento e de criação, num contexto em que a teoria e a prática são continuadas e se relacionam em um processo dialético, já que a prática não se faz sem a teoria, tão pouco a teoria se mantém sem a prática.

A guisa de conclusão, almeja-se que este artigo traga reflexões para docentes e profissionais da educação em geral. Sobretudo, que sensibilizem os gestores públicos que formulam políticas públicas para a rede de ensino estadual e outras redes públicas de educação básica. Espera-se que, em meio a essas ponderações, seja fortalecida a ideia de que a qualidade da educação básica se constrói sob o suporte de políticas educacionais que, ao invés de responsabilizarem e determinarem o trabalho docente, permitam desenvolver a autonomia do professor e sua profissionalização, pelo oferecimento de melhores condições de trabalho e de políticas efetivas de valorização de seus trabalhos.

Referências

- CASTRO, M. H. G. Professor está mal preparado, diz secretária. [Entrevista concedida à] Folha de São Paulo. *Cotidiano*, São Paulo, 14 mar. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1403200806.htm>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- CONSTANCIO, A. R. *A padronização do trabalho docente: crítica ao Programa Ler e Escrever*. Orientador: Odair Sass. 2012. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10348#preview-link0>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- FACCO, M. A. *Atividade docente em uma escola pública paulista de ensino fundamental I: análise da apropriação e do emprego das propostas do Programa Ler e Escrever em sala de aula*. Orientadora: Claudia Leme Ferreira Davis. 2013. 255 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013.
- FERNANDES, M. J. S.; BARBOSA, A.; VENCO, S. O trabalho docente na rede pública de ensino do estado de São Paulo/Brasil no contexto da Nova Gestão Pública. *Revista Educación, Política y Sociedad*, Madrid, v. 4, n. 1, p. 14-32, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15366/reps2019.4.1.001>. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reps/article/view/12308>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- JURAZEKY, R. da S. S.; SANTOS, A. M. M. da C. "Ler e Escrever": apreciação e análise literária. *Colloquium Humanarum*, v. 10, n. esp., p. 1004-1011, 2013. DOI: 10.5747/ch.2013.v10.nesp.000551. Disponível em: https://www.unoeste.br/site/enepe/2013/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/_LER%20E%20ESCREVER_%20APRECIA%C3%87%C3%83O%20E%20AN%C3%81LISE%20LITER%C3%81RIA.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.
- KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola *In*: FRIGOTTO, G. (org.). *Educação e crise do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 5-75.
- LIMA, L. C. Produção e reprodução de regras: normativismo e infidelidade normativa na organização escolar. *Inovação*, Lisboa, v. 4, n. 2-3, p. 141-153, 1991.
- MEYER, K. *Os gêneros textuais na alfabetização: uma análise da proposta apresentada no material "Ler e Escrever" da Secretaria Estadual da Educação do estado de São Paulo*. Orientador: Francisco Mazzeu. 2016. 89 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Araraquara, SP, 2016.
- OLIVEIRA, D. A. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. *Rev. FAEEBA: Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 27, n. 53, p. 43-59, 2018.

SÃO CARLOS (Município). Lei nº 15.473, de 20 de outubro de 2010. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual da Educação, objetivando a implementação e o desenvolvimento do Programa "Ler e Escrever". *Diário Oficial do Município*, São Carlos, 23 out. 2010. Disponível em:

https://camarasaocarlos.sp.gov.br/lei/?ano=2010&ementa=LER+E+ESCREVER+&lei=&autor=&id_tipo=&ordem=N&ordem_tipo=D&exibir_busca=1&pagina=1. Acesso em: 9 mar. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Fundo para o desenvolvimento da educação. Programa "Ler e escrever": apresentação. *Ler e Escrever*, São Paulo, 2007a. Disponível em:

<http://lereescrever.fde.sp.gov.br/Handler/UplConteudo.ashx?jkasdkasdk=184&OT=O>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). *SARESP*. Dados Abertos da Educação, São Paulo, [2019].

Disponível em: <https://dados.educacao.sp.gov.br/story/saresp>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Ler e escrever: coletânea de atividades: 5º ano*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: FDE, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Ler e escrever: guia de planejamento e orientações didáticas; professor: 4º série*. 2. ed. São Paulo: FDE, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação Básica. Comunicado SE, de 19 de dezembro de 2007. Orientações para implantação do Programa Ler e escrever. *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 21 dez. 2007b. Disponível em:

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/COMUNICADO%20SE%20PUBLICADO%20EM%20%2021%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202007.pdf#:~:text=Orienta%C3%A7%C3%B5es%20para%20a%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20do%20Programa%20Ler%20e,e%20Escrever%20nas%20escolas%20da%20rede%20p%C3%BAblica%20estadual. Acesso em: 9 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação Básica. Resolução SE - 86, de 19 de dezembro de 2007. Institui, para o ano de 2008, o Programa "Ler e Escrever", no Ciclo I das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental das Diretorias de Ensino da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo. *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 21 dez. 2007c. Disponível em:

http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/86_07.HTM?Time=10/3/2012%2012. Acesso em: 2 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação Básica. Resolução SE 96, de 23 de dezembro de 2008. Estende o Programa "Ler e Escrever" para as Escolas Estaduais de Ensino Fundamental do Interior. *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 24 dez. 2008. Disponível em:

<http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=200812230096>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SÃO PAULO. *Material educacional nova escola: 1  ano: volume 1: ensino fundamental: caderno do professor*: São Paulo. São Paulo: Associação Nova Escola, 2021.